

Relatório Anual - 2011



ÍNDICE

- 03** Mensagem da Diretoria
- 04** Investimentos
- 10** Política de Investimentos 2012
- 12** Demonstrações Contábeis
 - Balanco Patrimonial
 - Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social
 - Demonstração do Ativo Líquido
 - Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido
 - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano
 - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
- 15** Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
- 26** Parecer Atuarial
- 30** Pareceres
 - Relatório dos Auditores Independentes
 - Conselhos Deliberativo e Fiscal

Relatório Anual 2011

Publicação anual da Previp - Sociedade de Previdência Complementar, destinada a todos os participantes da Previp.

Rod. SP 340 km 171 Caixa Postal 10, CEP 13840-970 - Mogi Guaçu - SP, Brasil.

Projeto Gráfico e Diagramação:

Leadmart Comunicação e Marketing Ltda.

Coordenação:

Claudinei Oliveira

Leonardo Araújo

Jéssica Beletatti

Fotos:

Thinkstockphotos.

Impressão:

Gráfica Editora Modelo Ltda.

Tiragem:

2.900 exemplares

Impresso em papel Chambril 120 g/m². Os papéis da International Paper são produzidos a partir de florestas 100% plantadas e renováveis.

Distribuição gratuita





MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro participante,

A Previp apresenta e compartilha com todos vocês o Relatório Anual 2011, demonstrando os resultados de uma gestão responsável e bem sucedida.

Dentre as metas alcançadas em 2011, destacamos o lançamento do *Programa de Educação Financeira e Previdenciária – Poupar & Viver*, que teve como objetivo, reforçar a proximidade da Previp com os seus participantes e assistidos, além de trabalhar no desenvolvimento de uma cultura voltada para o planejamento futuro e a poupança de longo prazo.

Essas metas foram alcançadas e podem ser mensuradas por meio de alguns indicadores: alto índice de participação dos profissionais nas palestras de Educação Financeira, aumento do acesso ao site da Previp, aumento de atendimentos individuais, crescimento de 67% nas contribuições voluntárias dos participantes em relação ao ano anterior, *feedbacks* positivos sobre o lançamento do jornal trimestral e ainda o reconhecimento e aprovação do *Programa Poupar & Viver* junto à Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Uma das metas da Previp para 2012 é a implantação do Perfil de Investimentos. Trata-se de um benefício competitivo e alinhado às melhores práticas de mercado, cujo objetivo é proporcionar mais flexibilidade e autonomia para que o participante planeje o seu futuro.

Agradecemos a confiança de todos na administração da Previp e asseguramos o compromisso dessa entidade em atuar com responsabilidade, de forma ética e transparente, proporcionando as melhores oportunidades de investimentos para um futuro melhor.

Um abraço,

Muna Catarina Hammad
*Diretora Superintendente da PREVIP - Sociedade
de Previdência Complementar*

INVESTIMENTOS



Cenário Econômico

Durante o ano de 2011, o cenário econômico externo esteve bastante incerto. Principalmente no que diz respeito à crise da dívida dos países desenvolvidos, especialmente os europeus. Contudo, a ação do BCE (Banco Central Europeu) mitigou os riscos de liquidez do sistema financeiro, nos Estados Unidos os consumidores permaneceram com um alto nível de endividamento e uma elevada taxa de desemprego. No cenário interno, no 1º semestre o governo adotou um ciclo restritivo de política econômica, cujo objetivo era conter o forte avanço da demanda interna e seus efeitos sobre a inflação, no 2º semestre com o agravamento da crise fiscal nos países desenvolvidos e uma desaceleração econômica superior a esperada, o governo começou a implementar medidas de estímulo, sinalizando

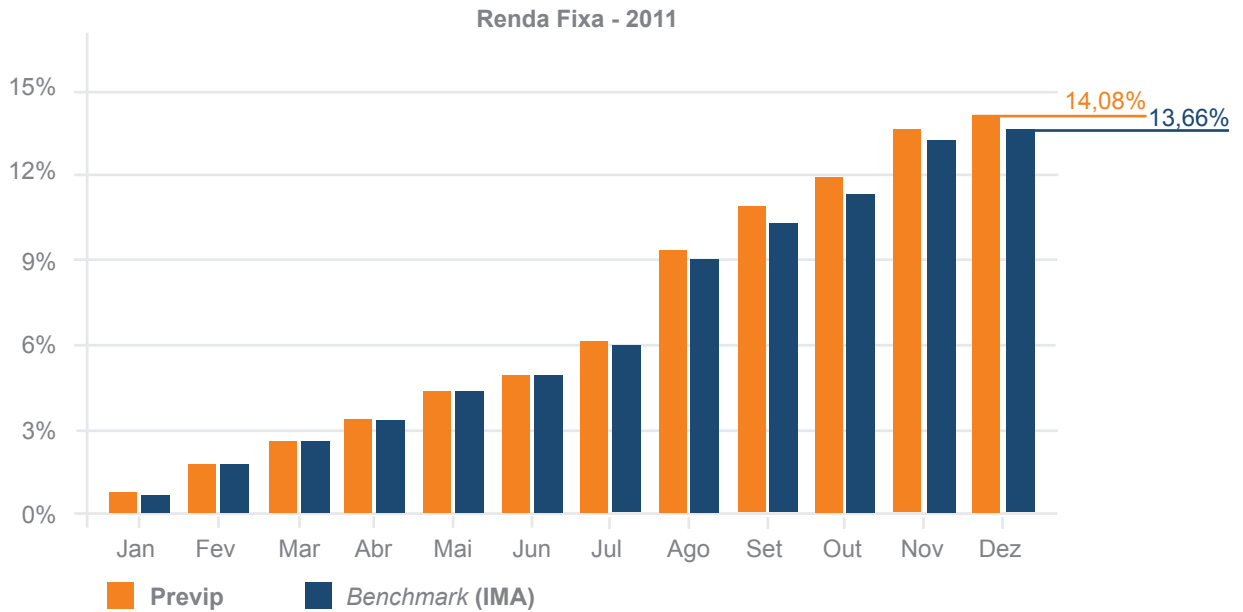
um governo predisposto a combater com maior intensidade os efeitos do cenário internacional.

O desafio no processo de gestão de investimentos é constante e para 2012, esperamos um ano com volatilidade principalmente em função do mercado externo, principalmente na Europa. No cenário doméstico a expectativa é que a economia continuará avançando impulsionando o crescimento do PIB, mas a preocupação com a inflação permanece. Por isso, continuaremos com nossa gestão voltada ao compromisso de longo prazo, gerindo nosso patrimônio de forma prudente e ativa, de acordo com o passivo do plano e com as melhores práticas de mercado.

Análise de Rentabilidade por Segmento

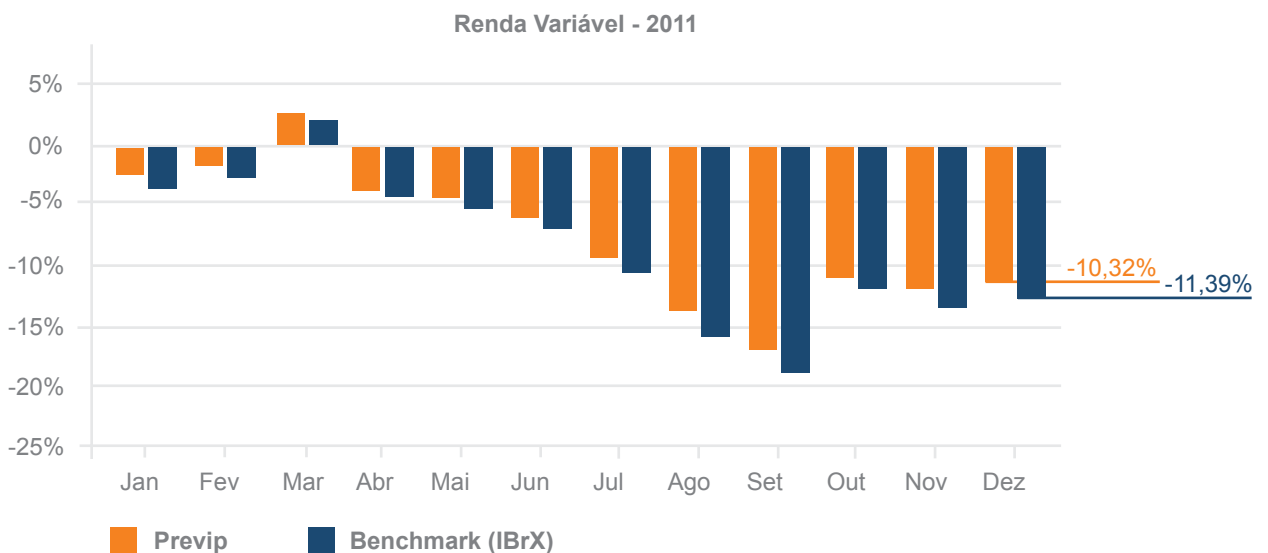
Renda Fixa

Nossa estratégia de substituir o *benchmark* CDI pelo IMA a partir de 2011 para que nossos investimentos estivessem mais alinhados com os objetivos de longo prazo, mostrou-se eficaz pois nos trouxe uma excelente rentabilidade neste segmento de 14,08% a.a. superando o *benchmark* de 13,66% a.a., resultado impulsionado principalmente pela performance dos títulos pré-fixados e indexados à inflação.



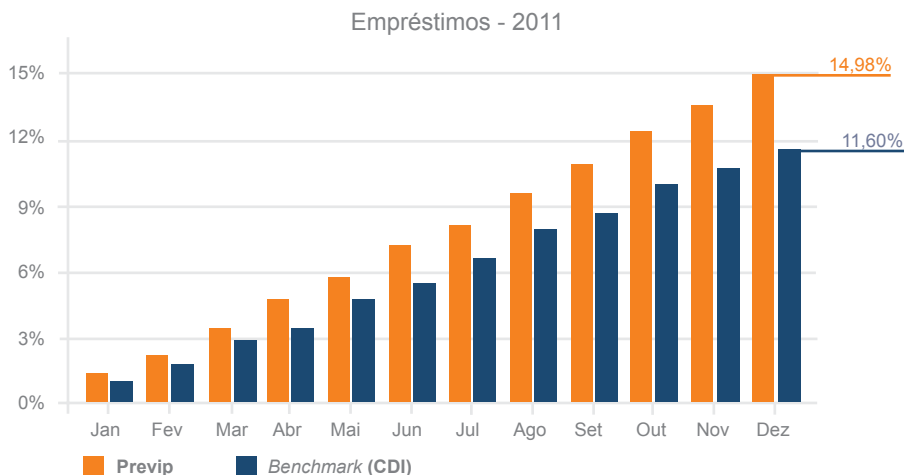
Renda Variável

O segmento de renda variável apresentou uma rentabilidade de -10,32% a.a., superando o *benchmark* IBrX de -11,39% a.a. O desempenho negativo da bolsa neste ano esteve atrelado, principalmente, à instabilidade econômica do mercado externo. Para 2012, em função do cenário internacional, a bolsa brasileira provavelmente continuará mostrando certa volatilidade diminuído pela expectativa do crescimento saudável dos lucros corporativos.



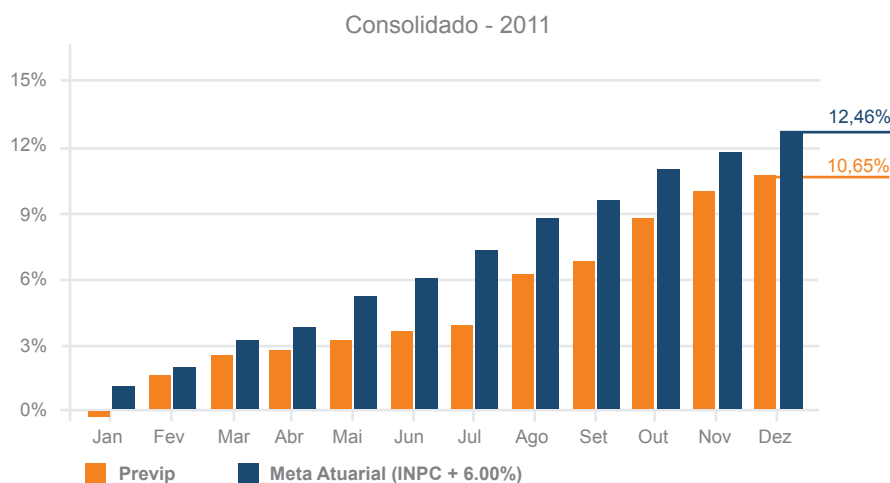
Empréstimos

O segmento de empréstimo continua sendo uma grande alternativa de investimento para a Entidade, devido ao baixo risco de crédito e bom retorno. Para o participante, oferece uma taxa atrativa bem abaixo da prática do mercado financeiro. O segmento apresentou uma rentabilidade de 14,98% a.a., superando o *benchmark* CDI de 11,60% a.a.



Consolidado

Apesar dos reflexos negativos do mercado acionário ainda apresentamos um resultado de 10,65% a.a., acima da média do mercado de previdência complementar, compensado pela performance dos segmentos de renda fixa e empréstimos.



• Alocações dos Ativos

Carteira Ativa				
Segmento	Dezembro/2011		Dezembro/2010	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	77.668.012,90	81,54%	119.971.947,08	83,51%
Renda Variável	10.044.022,81	10,54%	16.757.583,58	11,67%
Empréstimos	7.544.677,96	7,92%	6.920.653,95	4,82%
Total	95.256.713,67	100,00%	143.650.184,61	100,00%

Carteira Imunizada				
Segmento	Dezembro/2011		Dezembro/2010	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	67.391.398,62	100,00%	-	-

Total Geral	162.648.112,29		143.650.184,61	
--------------------	-----------------------	--	-----------------------	--

• Alocação por Gestor

Carteira Ativa		
Gestores	(R\$)	(%)
Bradesco	55.508.587,85	58,27%
HSBC	32.203.447,86	33,81%
Gestão Própria	<u>7.544.677,96</u>	<u>7,92%</u>
	95.256.713,67	100,00%

Carteira Imunizada		
Gestor	(R\$)	(%)
Bradesco	67.391.398,62	100,00%

• Participação em Ativos

Fundos de Investimento		
Renda Fixa	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Referenciado DI Rubi	04.253.078/0001-79	8.779.500,02
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001-44	45.464.565,04
HSBC FI Multimercado Multi Composite	06.342.395/0001-97	<u>32.203.447,86</u>
Total		86.447.512,92

Renda Variável		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FIA Institucional IBRX Ativo	09.564.065/0001-34	10.044.022,81

Total Fundos de Investimentos		96.491.535,73
--------------------------------------	--	----------------------

Títulos Públicos		
		Valor Aplicado (R\$)
Títulos Públicos		58.611.898,60

Total Geral		155.103.434,33
--------------------	--	-----------------------

• Auditoria de Gestão

Nome	CNPJ	Responsáveis
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Zenko Nakassato / Carlos Omar Abdo

• Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome	Telefone	e-mail
Andre Giorgino Pal	(11) 3797 5776	andre.pal@paperbr.com

• Custos com a Administração do Plano

Investimentos	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciação	Total
221.107,87	631.730,02	54.319,56	16.337,46	923.494,91

Conheça Alguns Conceitos sobre Investimentos

Renda Fixa

Os títulos de renda fixa mensuram sua rentabilidade, por meio de prefixação ou indexação a um determinado índice.

Os instrumentos de renda fixa são títulos representativos de emissão de dívida que permitem aos seus emissores captar recursos junto ao mercado, ou seja, são papéis que representam uma confissão de dívida com data pré-determinada para pagamento. Os principais papéis de renda fixa são os títulos públicos federais e os privados (CDB, Nota Promissória, Debêntures, etc.).

Títulos Públicos

O Tesouro Nacional emite títulos públicos como uma das formas de captação de recursos para financiar atividades do governo federal, tais como educação, saúde e infra-estrutura.

Os títulos públicos são uma opção de investimento para a sociedade e são resgatados em data predeterminada por um valor específico, atualizado ou não por indicadores de mercado, como, por exemplo, índices de preços. Podem ter remuneração pré ou pós-fixada. Conheça alguns exemplos:

Formas de Remuneração

Conforme o tipo de remuneração os títulos de renda fixa podem ser:

Prefixados: Títulos com juros fixos estabelecidos no momento do seu lançamento ao público. O investidor sabe, no momento da compra, o valor que receberá no vencimento.

Pós-fixados: Títulos indexados pela variação de diferentes índices (CDI, IGP-M, entre outros), onde a rentabilidade será definida conforme a variação do índice escolhido.

Prefixados

LTN – rentabilidade determinada pela diferença entre preço e valor nominal.

Pós-fixados

LFT – rentabilidade diária vinculada à Selic.

NTN-B – rentabilidade vinculada à variação do IPCA, mais juros definidos na compra.

NTN-C – rentabilidade vinculada à variação do IGPM, mais juros definidos na compra.

Renda Variável

Investir em ações significa, se beneficiar do lucro da empresa e da valorização dos papéis da companhia no mercado. Uma ação representa uma fração de capital de uma sociedade anônima.

A principal característica dos fundos de renda variável é a impossibilidade de predeterminar a rentabilidade

do investimento. Como o próprio nome já define, os títulos de renda variável são voláteis e podem apresentar grandes rentabilidades em pequenos prazos ou prejuízos, ou seja, ter uma redução do seu valor, porém investindo em diferentes ações os riscos podem ser diluídos.

Fundos de Investimentos

Um fundo de investimento é uma forma de aplicação financeira, formada pela união de vários investidores que se juntam para a realização de um investimento, tal qual um condomínio, visando um determinado objetivo ou retorno esperado, dividindo as receitas geradas e as despesas necessárias.

Quem cuida deste tipo de investimento é um gestor (banco), que determina em quais papéis o dinheiro de todos os investidores será aplicado.

Os fundos não têm limite de participantes e podem adotar um posicionamento agressivo, moderado ou

conservador, dependendo do tipo de papéis que ele irá trabalhar.

Todo o dinheiro aplicado nos fundos é convertido em cotas, que são distribuídas entre os aplicadores ou cotistas, que passam a ser proprietários de partes da carteira, proporcionais ao investido. O valor da cota é atualizado diariamente e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012

Data da Ata do Conselho Deliberativo: 29/12/2011 (AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Andre Giorgino Pal)

RESUMO

Alocação dos Recursos	Margem de Alocação	
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)
Renda Fixa	65	100
Renda Variável	0	20
Investimentos Estruturados	0	10
Investimentos no Exterior	0	0
Imóveis	0	0
Empréstimos	0	15

Objetivos e Diretrizes da Gestão

Carteira Imunizada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de **Renda Vitalícia**, estão alocados em uma carteira dedicada a gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.

Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia.

Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel.

Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 6,00% a.a.). A Previp acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

As metas estabelecidas foram a taxa mínima atuarial para o longo prazo e os *benchmarks* de cada segmento no curto prazo.

Para **Renda Fixa**, o limite de risco definido foi o VaR de 1% em relação ao *benchmark*, em um período de 21 dias úteis e com um nível de confiança de 95%, sendo o *benchmark* **IMA** (índice composto por carteiras teóricas de títulos públicos e federais, separadas de acordo com seus indexadores e prazos, de maneira a atender às necessidades de diversos tipos de investidores). Este índice é composto por títulos de longo prazo, por isso é indicado para alocação dos investimentos destinados aos fundos de pensão. Na **Renda Variável**, o limite de risco definido foi um *benchmark* VaR de 5% em relação ao *benchmark*, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o *benchmark* **IBrX**. Para os **Empréstimos** o *benchmark* é o **CDI**. Em Investimentos Estruturados as informações referentes ao limite de risco e *benchmark* serão definidas de acordo com o tipo de investimento a ser realizado.

Critérios de Contratação dos Administradores dos Investimentos

A gestão dos recursos é totalmente terceirizada. A decisão de terceirizar toda a gestão foi tomada em função do alto grau de especialização das instituições financeiras do mercado, resultando em maior possibilidade de obtenção de retornos adequados dos investimentos.

A escolha das instituições financeiras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil;
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços;
- Estrutura organizacional e processos de gestão;
- Recursos de pesquisa (*research*);
- Sistemas de comitês e processos de decisão;
- Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no

sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (Banco Central e CVM) e por outros participantes (Bolsas e Centrais de Liquidação) sejam rigorosamente cumpridas (*compliance*);

- Resultados históricos em termos de retornos/riscos (*track record*);
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas;
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários;
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros;
- Classificação da unidade administradora de recursos (*rating*);
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais.



Balço Patrimonial (R\$ mil)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data.

	2011	2010		2011	2010
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL	1.298	9	EXIGÍVEL OPERACIONAL	133	88
			Gestão Previdencial	5	5
REALIZÁVEL	162.659	143.667	Gestão Administrativa	123	83
Gestão Previdencial	8	8	Investimentos	5	-
Gestão Administrativa	3	9			
Investimentos	162.648	143.650	PATRIMÔNIO SOCIAL	163.854	143.634
Títulos Públicos	58.612	53.285			
Fundos de Investimento	96.491	83.444	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	163.574	143.163
Empréstimos	7.545	6.921	Provisões Matemáticas	150.766	130.913
			Benefícios Concedidos	47.023	40.817
PERMANENTE	30	46	Benefícios a Conceder	103.743	90.096
Imobilizado	13	18	Equilíbrio Técnico	12.808	12.250
Intangível	17	28	Resultados Realizados	12.808	12.250
			Superávit Técnico Acumulado	12.808	12.250
			FUNDOS	280	471
TOTAL DO ATIVO	163.987	143.722	Fundos Previdenciais	175	310
			Fundos Administrativos	105	161
			TOTAL DO PASSIVO	163.987	143.722

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

DESCRIÇÃO	2011	2010	Varição (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	143.634	129.122	11,24%
1. Adições	28.499	22.564	26,30%
(+) Contribuições Previdenciais	10.515	9.672	8,72%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.117	12.051	42,04%
(+) Receitas Administrativas	858	822	4,38%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	9	19	(52,63%)
2. Destinações	(8.279)	(8.052)	2,82%
(-) Benefícios	(7.356)	(7.110)	3,46%
(-) Despesas Administrativas	(923)	(942)	(2,02%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	20.220	14.512	39,33%
(+/-) Provisões Matemáticas	19.853	15.424	28,71%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	558	(923)	(160,46%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(135)	112	(220,54%)
(+/-) Fundos Administrativos	(56)	(101)	(44,55%)
4. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4)	163.854	143.634	14,08%

Demonstração do Ativo Líquido (R\$ mil)

Apresenta a parcela do ativo destinada à cobertura dos benefícios do plano.

	2011	2010	Variação (%)
DESCRIÇÃO			
1. Ativos	163.864	143.639	14,08%
Disponível	1.295	8	16.087,50%
Recebível	113	169	(33,14%)
Investimento	162.456	143.462	13,24%
Títulos Públicos	58.612	53.188	10,20%
Fundos de Investimento	96.299	83.353	15,53%
Empréstimos	7.545	6.921	9,02%
2. Obrigações	10	5	100,00%
Operacional	10	5	100,00%
3. Fundos não Previdenciais	105	161	(34,78%)
Fundos Administrativos	105	161	(34,78%)
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	163.749	143.473	14,13%
Provisões Matemáticas	150.766	130.913	15,17%
Superávit/Déficit Técnico	12.808	12.250	4,56%
Fundos Previdenciais	175	310	(43,55%)

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

	2011	2010	Vari�o (%)
DESCRI�O			
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	143.473	128.860	11,34%
1. Adi�es	28.269	22.308	26,72%
(+) Contribui�es	11.152	10.257	8,73%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.117	12.051	42,04%
2. Destina�es	(7.993)	(7.695)	3,87%
(-) Benefícios	(7.356)	(7.110)	3,46%
(-) Custeio Administrativo	(637)	(585)	8,89%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	20.276	14.613	38,75%
(+/-) Provisões Matemáticas	19.853	15.424	28,71%
(+/-) Fundos Previdenciais	(135)	112	(220,54%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	558	(923)	(160,46%)
4. Opera�es Transitórias	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	163.749	143.473	14,13%
C) Fundos não Previdenciais	105	161	(34,78%)
(+/-) Fundos Administrativos	105	161	(34,78%)

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS |

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano (R\$ mil)

Apresenta as alterações do patrimônio de cobertura do plano.

	2011	2010	Varição (%)
DESCRICHÃO			
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	163.574	143.163	14,26%
1. Provisões Matemáticas	150.766	130.913	15,17%
1.1. Benefícios Concedidos	47.023	40.817	15,20%
Contribuição Definida	5.486	3.188	72,08%
Benefício Definido	41.537	37.629	10,39%
1.2. Benefício a Conceder	103.743	90.096	15,15%
Contribuição Definida	90.703	77.345	17,27%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	40.877	35.180	16,19%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	49.826	42.165	18,17%
Benefício Definido	13.040	12.751	2,27%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	12.808	12.250	4,56%
2.1. Resultados Realizados	12.808	12.250	4,56%
Superávit Técnico Acumulado	12.808	12.250	4,56%
Reserva de Contingência	12.808	12.250	4,56%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (R\$ mil)

Registra as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade.

	2011	2010	Varição (%)
DESCRICHÃO			
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	161	262	(38,55%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	867	841	3,09%
1.1. Receitas	867	841	3,09%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	637	585	8,89%
Custeio Administrativo dos Investimentos	221	237	(6,75%)
Resultado Positivo dos Investimentos	9	19	(52,63%)
2. Despesas Administrativas	923	942	(2,02%)
2.1. Administração Previdencial	592	706	(16,15%)
Treinamentos/Congressos e Seminários	7	1	600,00%
Serviços de Terceiros	522	622	(16,08%)
Despesas Gerais	47	78	(39,74%)
Depreciações e Amortizações	16	5	220,00%
2.2. Administração dos Investimentos	331	236	40,25%
Serviços de Terceiros	282	192	46,88%
Despesas Gerais	9	5	80,00%
Outras Despesas	40	39	2,56%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(56)	(101)	(44,55%)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(56)	(101)	(44,55%)
6. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	105	161	(34,78%)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Previp – Sociedade de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social – MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

O objetivo da entidade é instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência

social aos empregados das patrocinadoras ou a seus beneficiários, na forma da legislação vigente e nos termos do regulamento do Plano Previp, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- *International Paper do Brasil Ltda.*
- *International Paper Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda.*
- *International Paper Agroflorestal Ltda.*
- *International Paper Exportadora Ltda.*

A Previp possui apenas um plano de benefícios na modalidade contribuição variável denominado Plano Previp.

A Previp possuía em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as seguintes quantidades de participantes:

	Quantidade	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativos	2.659	2.546
Assistidos	107	95
Autopatrocinaados	19	22
BPD (aguardando benefício)	81	72
Total	2.866	2.735

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Previp estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução DC/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas.

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados (Benefício Proporcional Diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela Previp e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a melhor estimativa

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPs substitui a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (consolidada), entretanto os efeitos das reclassificações não são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis.

em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e apuração do valor de mercado dos investimentos.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n  34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA   constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As receitas administrativas da Previp são debitadas em conformidade com o plano de custeio vigente.

A entidade também poderá constituir fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme

previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Previp, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Realizável

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras, dos participantes e os depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial, quando houver.

- Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa, quando houver.





• Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

- Títulos Públicos: em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 alterada pela Resolução do CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

√ Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.

√ Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição pelo ajuste da “curva do papel”. A Secretaria de Previdência Complementar (atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC) publicou a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, permitindo às entidades fechadas de previdência complementar o ajuste pela “curva do papel” em alguns títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos, desde que tais papéis sejam classificados como “títulos mantidos até o vencimento”.

- Fundos de Investimentos: as aplicações em fundos de investimentos estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras, divulgadas pelo administrador.

- Empréstimos a Participantes: os empréstimos estão demonstrados pelos valores originais das concessões por meio de instrumento particular e atualizados com base na taxa de remuneração contratada.

g) Permanente

• Imobilizado

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

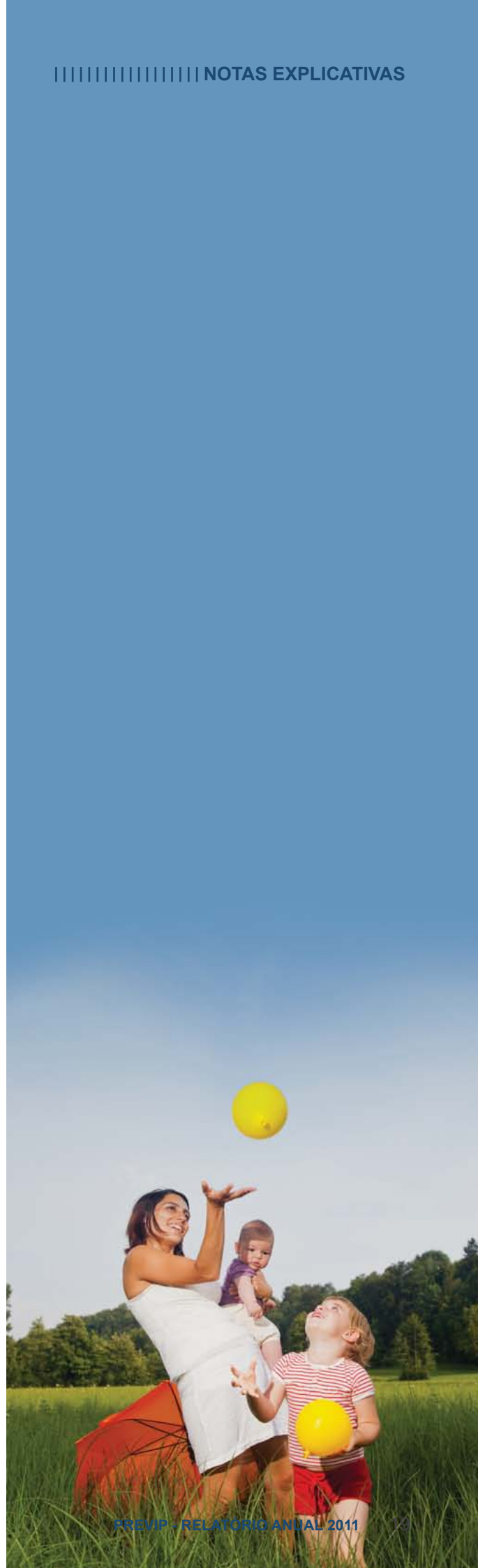
Descrição	Alíquota Anual
Computadores e Periféricos – <i>Hardware</i>	20%

• Intangível

Os gastos relacionados à licença de uso de *softwares* estão registrados pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de cinco anos.

h) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.



4. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2011	2010
Banco Bradesco S.A.	21	8
Banco Santander S.A.	1.277	1
Total	1.298	9

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais.

a) Contribuições do Mês

Refere-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

	2011	2010
Autopatrocinados	8	8

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

a) Contribuições para Custeio

Refere-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo, devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD, previstas na avaliação atuarial.

	2011	2010
Autopatrocinados	1	1

b) Outros Recursos a Receber

Refere-se aos direitos a receber da Gestão Administrativa decorrentes de pagamentos efetuados a maior aos prestadores de serviços.

	2011	2010
Mercer	-	3

c) Outros Realizáveis

Refere-se à utilização de recursos da Gestão Administrativa relativos à contribuição associativa da ABRAPP e Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC (somente em 2010), que são apropriados pelo regime de competência.

	2011	2010
ABRAPP	2	1
TAFIC	-	4
Total	2	5

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

• Composição da Carteira

	2011	2010
Investimentos	162.648	143.650
Títulos Públicos	58.612	53.285
Títulos Públicos Federais	58.612	53.285
Notas do Tesouro Nacional	58.582	53.020
Letras Financeiras do Tesouro	30	265
Fundos de Investimento	96.491	83.444
Referenciado	8.779	791
Renda Fixa	45.465	-
Ações	10.044	16.757
Multimercado	32.203	65.896
Empréstimos e Financiamentos ⁽¹⁾	7.545	6.921
Empréstimos	7.545	6.921

⁽¹⁾A Previp possui empréstimos, mas não possui valores vencidos para constituição desta provisão.

Os títulos públicos estão registrados e custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os serviços de administração da carteira própria e custódia das cotas dos fundos de investimentos são prestados pelo Banco Bradesco S.A. e HSBC Gestão de Recursos Ltda.

• Composição por Prazo de Vencimento – Títulos para Negociação

Descrição	Vencimento	2011		2010	
		Custo Atualizado	Valor de Mercado/Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado/Contábil
Títulos Públicos Federais		12.897	13.294	12.327	12.415
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2014	4.157	4.284	3.889	3.911
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2020	8.710	8.980	8.173	8.238
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2015	30	30	265	266
Fundos de Investimento		96.491	96.491	83.444	83.444
Referenciado		8.779	8.779	791	791
Bradesco – RUBI FIF	Sem vencido.	8.779	8.779	791	791
Renda Fixa		45.465	45.465	-	-
Bradesco – FI Renda Fixa IMA Geral	Sem vencido.	45.465	45.465	-	-
Ações		10.044	10.044	16.757	16.757
Bradesco – F.I.A. Institucional IBX Ativo	Sem vencido.	10.044	10.044	16.757	16.757
Multimercado		32.203	32.203	65.896	65.896
Bradesco – FI Multimercado Plus	Sem vencido.	-	-	37.712	37.712
HSBC – FI RF Crédito Privado Mult III	Sem vencido.	-	-	28.184	28.184
HSBC – FI Multi Composite	Sem vencido.	32.203	32.203	-	-

Os títulos de renda fixa são avaliados a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor. A principal fonte de precificação é a ANDIMA.

• Composição por Prazo de Vencimento – Títulos Mantidos até o Vencimento

Descrição	Vencimento	2011		2010	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/ Contábil
Títulos Públicos Federais		47.493	45.318	42.397	40.870
Notas do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	15/08/2030	20.752	19.854	17.439	16.975
Notas do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	15/08/2040	19.386	18.425	18.041	17.290
Notas do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	15/08/2050	7.355	7.039	6.917	6.605

⁽¹⁾ Os títulos mantidos até o vencimento possuem como objetivo proteger a parcela correspondente às obrigações futuras da Previp– Sociedade de Previdência Complementar, sem o comprometimento da liquidez do plano. O ajuste desses títulos na curva propicia, além de uma previsão de rentabilidade mais adequada, uma redução considerável da volatilidade da carteira perante a meta atuarial estabelecida pela entidade. A alocação desses títulos mantidos até o vencimento foi baseada em estudo do ALM (Asset Liability Management) da entidade.

Os investimentos em Títulos Públicos Federais com vencimento a partir de 2030 foram classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

8. PERMANENTE

O permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa e está classificado em Imobilizado e Intangível.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o permanente possui a seguinte composição:

	2011	2010
Permanente	30	46
Imobilizado	13	18
Operacional Corpóreo	13	18
Equipamentos de Informática	13	18
Custo	25	25
(-) Depreciação	(12)	(7)
Intangível	17	28
Gastos com Implantação, Reorganização e Desenvolvimento	17	28
Custo	28	28
(-) Amortização	(11)	-

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

• Gestão Previdencial

	2011	2010
Benefícios a Pagar	3	3
Resgates	3	3
Outras Exigibilidades ⁽¹⁾	2	2
Contribuição recebida a maior	2	2
Total	5	5

⁽¹⁾ Outras Exigibilidades - Refere-se a contribuições recebidas a maior de autopatrocinado.

• Gestão Administrativa

	2011	2010
Contas a Pagar	118	76
Prestadores de Serviços	118	76
Gestores de Investimentos	23	14
Consultorias e Auditorias	95	62
Retenções a Recolher	5	7
Imposto de Renda – Prestadores de Serviços	-	1
PIS e COFINS	5	4
PIS, COFINS E CSLL	-	2
Total	123	83

• Investimentos

	2011	2010
Empréstimos	5	-
Concessões a pagar	5	-
Total	5	-

10. ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são alocadas exclusiva e diretamente na gestão que as originaram sem nenhuma forma de rateio.

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2011 pode ser resumida como segue:

	1º janeiro de 2011	Constituição/ Reversão	31 dezembro de 2011
Benefícios Concedidos	40.817	6.206	47.023
Contribuição Definida	3.188	2.298	5.486
Saldo de Contas dos Assistidos	3.188	2.298	5.486
Benef. Definido Estruturado em Regime de Capitalização	37.629	3.908	41.537
Valor Atual dos Benef. Futuros Progr. (Assistidos)	36.930	3.099	40.029
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Progr. (Assistidos)	699	809	1.508
Benefícios a Conceder	90.096	13.646	103.742
Contribuição Definida	77.345	13.358	90.703
Saldo de Contas - Parcela Patroc./Instituidores	35.180	5.697	40.877
Saldo de Contas - Parcela Participantes	42.165	7.661	49.826
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Capital. Progr.	12.751	288	13.039
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	12.751	288	13.039
Provisões Matemáticas	130.913	19.853	150.766

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado previdencial apurado nos exercícios de 2011 e 2010 está apresentado a seguir:

	2011	2010
Equilíbrio Técnico	12.808	12.250
Resultados Realizados	12.808	12.250
Superávit Técnico Acumulado	12.808	12.250
Reserva de Contingência	12.808	12.250
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	-

13. FUNDOS

• Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial é calculado atuarialmente e sua composição em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está apresentada a seguir:

	2011	2010
Fundos Previdenciais	175	310
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	175	310

O Fundo Previdencial é composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esse Fundo tem por finalidade maximizar a segurança dos benefícios previstos no plano, podendo ser utilizado, pelas patrocinadoras para financiar as contribuições devidas no exercício de 2012, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

• Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos. O montante deste Fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 105 mil (2010 – R\$ 161 mil).

14. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

	2011
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾ e ⁽²⁾	1,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS	não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários) ⁽²⁾	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade	não aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	não aplicável

⁽¹⁾ O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplica na apuração das provisões matemáticas do Plano, sendo utilizada apenas no acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano.

⁽³⁾ Foi utilizada a tábua AT-83, segregada por sexo, desagregada em 10%.

As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não se aplicam na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida. O método atuarial adotado para a avaliação atuarial é o de Capitalização Individual.

15. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2011:

Conta	Valor
Participação no Plano de Gestão Administrativa	105
Participação no Fundo Administrativo do PGA	105

16. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- i. por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios; ou
- ii. por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de

janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

PIS e COFINS

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas conforme Anexo III da Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

17. FATOS RELEVANTES

Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011

Esta Resolução, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e revoga a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Resolução CNPC nº 1, de 3 de março de 2011.

Além disso, de acordo com a referida Resolução, fica a Superintendência Nacional de Previdência

Complementar – PREVIC autorizada a editar instruções complementares para a fiel execução do disposto nesta Resolução, inclusive estabelecer procedimentos contábeis específicos das EFPC, alterar, incluir e excluir rubricas da planificação contábil padrão, e disciplinar a forma, o meio e a periodicidade para envio das Demonstrações Contábeis.

* * *

Muna Catarina Hammad
Diretora Superintendente
CPF: 266.832.588-99

Célia Aparecida de Almeida
Contadora
CPF: 146.736.948-99 / CRC: 1SP206004/0-6



PARECER ATUARIAL

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Previp, mantido pela Previp - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31/12/2011.

Posição das Provisões Matemáticas e das Reservas e Fundos

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2011 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e no valor do Patrimônio Social fornecido pela Previp, posicionado em 31/12/2011.

	Valores em R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL	163.853.755,90
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	163.574.267,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS	150.765.752,03
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	47.023.199,92
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	5.486.011,92
SALDO DE CONTA DOS ASSISTIDOS	5.486.011,92
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	41.537.188,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	40.028.726,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	1.508.462,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER	103.742.552,11
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	90.703.078,11
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	40.876.984,10
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	49.826.094,01
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	13.039.474,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	13.039.474,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	-
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
(-) SERVIÇO PASSADO	-
(-) PATROCINADOR(ES)	-
(-) PARTICIPANTES	-
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
(-) PATROCINADOR(ES)	-
(-) PARTICIPANTES	-
(-) ASSISTIDOS	-
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
(+/-) PARTICIPANTES	-
(+/-) ASSISTIDOS	-
EQUILÍBRIO TÉCNICO	12.808.514,97
RESULTADOS REALIZADOS	12.808.514,97
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	12.808.514,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.808.514,97
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
RESULTADOS A REALIZAR	-
FUNDOS	279.488,90
FUNDOS PREVIDENCIAIS	174.699,06
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	174.699,06
REVISÃO DE PLANO	-
OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	104.789,84
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

PARECER ATUARIAL |||||

Os valores das provisões matemáticas apresentados foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Previp vigente em 31/12/2011. Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte (decorrente de benefício proporcional diferido) foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados).

Em relação ao resultado superavitário, o mesmo se manteve num patamar próximo ao registrado no exercício anterior, indicando a não ocorrência de ganhos ou perdas significativos.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008. O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

	2011
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	6,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾⁽²⁾	1,5% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários e benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁴⁾	Não aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não aplicável

Observações:

⁽¹⁾ O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das provisões matemáticas do Plano, sendo utilizadas apenas no acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano.

⁽³⁾ Foi utilizada a tábua AT-83, segregada por sexo, desagregada em 10%.

⁽⁴⁾ As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não aplicam na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2010.

O método atuarial adotado para a avaliação atuarial é o de Capitalização Individual.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2012

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras deverão efetuar contribuições para o Plano Previp com base nos seguintes níveis:

• **Patrocinadora**

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 7.2.1 (Normal) e 7.2.2 (Variável) do Regulamento do Plano, que equivalem à taxa média estimada em 3,89% da folha de salário de participação do Plano. A contribuição normal será efetuada 13 vezes ao ano.

Adicionalmente as Patrocinadoras deverão efetuar contribuição para cobertura das despesas administrativas do Plano equivalente à taxa de 0,57% da folha de salário de participação do Plano. Esta contribuição será efetuada 12 vezes ao ano.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 4,46% da folha de salário de participação.

• **Participantes Ativos**

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 (Básica), 7.1.2 (Voluntária Periódica) e 7.1.3 (Voluntária Esporádica) do

• **Participantes Autopatrocínados**

Os Participantes Autopatrocínados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10%

• **Participantes em Benefício Proporcional Diferido**

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa

• **Conclusão**

Certificamos que o Plano da Previp está superavitário, porém o valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas é inferior a 25% do total das Provisões Matemáticas dos

As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa. Esclarecemos que, de acordo com o item 6.6 do Regulamento do Plano, a subconta Reversão de Saldo por Exigência Complementar do Fundo Previdencial foi constituída com as contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Este fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado pela Patrocinadora para financiar contribuições devidas no exercício de 2012, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Regulamento do Plano, sendo que a contribuição básica equivale à taxa média de 3,09% do salário de participação.

do valor total de contribuições mensais realizadas pelo seu nome e em nome da Patrocinadora, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/03/2012.

Benefícios Definidos. Portanto, não foi necessário constituir na Reserva Especial para Revisão de Plano.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2012.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Valéria Cerqueira Pimentel
M.I.B.A. nº 812

Rodrigo Uchôa C. Lott de M. Costa
M.I.B.A. nº 2.082

PARECERES

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores, Participantes e Patrocinadores da
PREVIP – Sociedade de Previdência Complementar
Mogi Guaçu – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIP – Sociedade de Previdência Complementar (“entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência

Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIP – Sociedade de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas

operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros Assuntos

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) por meio da Resolução CNPC nº 8 em 31 de outubro de 2011 substituiu a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das

mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

São Paulo, 16 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6


Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0


Carlos Otmar Abdo
Contador CRC 1SP205629/O-3

Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 26 de Março do ano de 2012, às 10 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

a) Resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade em 31 de dezembro de 2011 e níveis de contribuições (plano de custeio) recomendados para o exercício de 2012;

b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido, Demonstrações do Ativo Líquido, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações das Obrigações Atuariais do Plano e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprová-los sem restrições. Os documentos objeto das deliberações, mencionados nos itens “a” e “b” permanecerão arquivados na entidade.

Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 23 de Março do ano de 2012, às 14 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações permanecerão arquivados na entidade.



Conselho Deliberativo

Jean-Michel Ribieras

Armando Santiago

Raul Guaragna

Conselho Fiscal

Hector Sandoval

Denis Teixeira

Luciana Huneke

Diretoria Executiva

Muna Hammad

Andre Pal

Marcio Bertoldo

Luis Fernando da Silva

Renato Batalha

Suzana Kaneco

Administração

Silvana Brunheroto

Claudinei Oliveira

Rita Lucas

Gabriela Lima



Rod. SP 340 | Km 171
Mogi Guaçu - SP | Brasil

19 3861 8564

19 3861 8201

19 3861 8292

19 3861 8722

www.previp.com.br